

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC**

KARINA NAYARA ARAÚJO MATOS

**QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA E LAZER:** primeiras aproximações sobre as questões de gênero no âmbito dos estudos do lazer.

Brasília-DF

2021

KARINA NAYARA ARAÚJO MATOS

**QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA E LAZER**: primeiras aproximações sobre as questões de gênero no âmbito dos estudos do lazer.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Educação Física

Orientador: Prof. Dr Pedro Fernando Avalone Athayde

Brasília-DF

2021

**QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA E LAZER:** primeiras aproximações sobre as questões de gênero no âmbito dos estudos do lazer.

Karina Nayara Araujo Matos

**Resumo:** Este artigo dedica-se em compreender as relações entre lazer e as novas expressões da “questão social”, partindo de aproximações iniciais sobre a questão de gênero relacionados com os estudos no campo do lazer. O delineamento para a presente pesquisa foi a análise qualitativa de caráter exploratório, através da pesquisa bibliográfica. Nesta primeira aproximação foi possível concluir como as novas expressões da “questão social” atuam nas desigualdades de gênero, afetando diretamente o acesso ao lazer por parte das mulheres no âmbito das sociedades modernas.

**Palavras-Chave:** Questão Social; Lazer; Gênero.

SOCIAL QUESTION CONTEMPORARY AND LEISURE: first approaches to gender issues in the context of leisure studies.

**Abstract:** This article is dedicated to understanding the relationship between leisure and the new expressions of the “social issue”, starting from initial approaches to the issue of gender-related to studies in the field of leisure. The design for this research was a qualitative exploratory analysis, through bibliographical research. In this first approach, it was possible to conclude how the new expressions of the “social issue” act on gender inequalities, directly affecting women's access to leisure in the context of modern societies.

**Keywords:** Social Issues; Leisure; Gender.

## **Introdução**

Atualmente, vivenciamos no Brasil um cenário extremamente preocupante em que a crise sanitária, provocada pela pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV2, junta-se e agudiza as anteriores crises política, econômica e social. Historicamente, vivemos em um país onde os resquícios de uma escravidão prolongada e os índices de desigualdades de gênero, raça/etnia, classes, são marcas indelévels e cada vez mais alarmantes. Diante desses

aspectos históricos e contemporâneos, partimos do pressuposto que discutir e entender as conjunturas atuais das expressões da “questão social” se torna instrumento necessário para a luta de seu enfrentamento.

De acordo com Yamamoto (2008), a “questão social” é um conjunto de expressões das desigualdades, advindo do modo de produção capitalista, no qual o trabalho se tornou amplamente social, mas, em contrapartida, os bens produzidos coletivamente se monopolizam nas mãos de uma pequena parte da sociedade. Se a desigualdade entre ricos e pobres não se constitui em uma novidade, é com a origem e o desenvolvimento do capitalismo que aparece o fenômeno do pauperismo da classe trabalhadora, onde “a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2012, p. 203). A pobreza que antes se expressava em razão da escassez, agora é fruto da acumulação.

O próprio termo questão social é controverso, para Netto (2012, p. 205) o trato das manifestações da “questão social” é uma tergiversação conservadora, por ser totalmente desvinculado de qualquer possibilidade de se questionar as bases estruturais do modo de produção capitalista, pois trata-se “de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa”.

Diante das transformações do sistema capitalista, surgem debates em torno de uma nova “questão social”, discussão apresentada, entre outros autores, por Castel (2009). Importante dizer que esta visão é contestada por estudiosos como, Netto (2001), Yamamoto (2001), Pereira (2001), esses autores defendem que não se trata de uma “nova questão social” e sim do surgimento de novas expressões da “questão social” e reiteram que tais determinações são frutos das reformulações do modo de produção capitalista, gerando assim, diferentes formas de desigualdades sociais e a pauperização da classe trabalhadora em diferentes contextos.

Na atualidade, podemos verificar que essas novas expressões da “questão social” se manifestam, tal qual nas relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Como recorte para as análises iniciais dispostas neste texto, adotamos como objeto de estudo a “expressão” de gênero no interior da “questão social” em sua articulação com o lazer, à luz do capitalismo tardio (MANDEL, 1982) e financeirizado (FRASER, 2018).

Siqueira, Ferreira e Silva (2018, p. 68) destacam que as formas pelas quais a desigualdade de gênero se expressa no capitalismo engendram uma maior necessidade por

parte das mulheres em relação à proteção viabilizada pelas políticas sociais. Ao mesmo tempo, podemos estender essa análise a nosso objeto, concluindo que essas desigualdades também afetam diretamente o acesso ao direito ao lazer por parte das mulheres.

Quando a desigualdade de gênero é inserida na lógica do capital, a exploração das mulheres se expressa comumente de duas maneiras: ou estas ganham menos que os homens, mesmo no exercício da mesma função ou se dedicam ao trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças e/ou idosos (SIQUEIRA, FERREIRA e SILVA, 2018, p. 68).

Além dos obstáculos para o acesso, observamos também diferenças nas práticas e vivências do lazer de acordo com o gênero. Essas diferenças estão ligadas aos papéis que são designados social e culturalmente aos homens e às mulheres na sociedade.

Cabe destacar, a título de introdução, nosso entendimento de que o gênero é uma construção social, onde o sexo biológico define como cada indivíduo deve se comportar ao longo de suas vidas. Partindo desta compreensão sobre a categoria gênero, podemos entender que o tempo disponível para o lazer da mulher é limitado, uma vez que elas possuem menores oportunidades em vários âmbitos da sociedade, como também destinam grande parte do seu tempo ao trabalho não remunerado, conforme Barsosa, Liechty, Perdecini (2013).

Em relação às desigualdades referentes às vivências do lazer, Marcellino (2007) aponta que

As mulheres são desfavorecidas comparativamente aos homens, ou pela rotina do trabalho doméstico, ou pela dupla jornada de trabalho e, principalmente pelas obrigações familiares decorrentes do casamento, numa sociedade que, apesar dos avanços nesse sentido, continua machista (p. 5).

Diante do exposto até o momento, este artigo tem como objetivo compreender as relações entre o lazer e as atuais expressões da “questão social”, partindo de aproximações iniciais ao tema das relações de gênero nos estudos do lazer. Para atender a esse objetivo, além dessa parte introdutória, o texto é composto por uma descrição de suas características metodológicas, uma abordagem acerca da origem e desenvolvimento da “questão social”, reflexões iniciais sobre as relações de gênero nos estudos do lazer e nossas considerações finais.

### **Delineamento Metodológico**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de caráter exploratório, que busca as primeiras aproximações à temática das relações de gênero no

âmbito dos estudos do lazer. De acordo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa representa os dados que não podem ser tratados com métodos quantitativos e devem ser enxergados na sua totalidade.

Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 20).

Naquilo que diz respeito à dimensão procedimental, adotou-se a pesquisa bibliográfica. De acordo com Severino (2007), trata-se de uma modalidade de pesquisa, cuja classificação leva em consideração a natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Para a realização da pesquisa bibliográfica, buscamos por estudos que relacionasse o tempo de lazer com a questão de gênero na atualidade. Nesse sentido, foram selecionados trabalhos acadêmicos de forma aleatória – em diferentes formatos – que versavam sobre a relação do lazer e a questão de gênero, como por exemplo artigos que abordam o tempo de lazer das mulheres em diferentes áreas da sociedade. Ao mesmo tempo, para contextualização do cenário social no qual essas relações se estabelecem, buscamos estudos relacionados ao tema da “questão social”, seja numa perspectiva histórica de sua gênese, quanto numa dimensão contemporânea a partir de suas expressões e particularidades atuais.

### **Origem da Questão Social**

Para se discutir sobre a Questão Social na contemporaneidade e suas novas expressões, primeiramente precisamos fazer uma breve contextualização sobre o seu surgimento e suas implicações que não seguem uma linha homogênea de compreensão. Netto (2021), em seu estudo sobre “cinco notas a propósito da ‘questão social’”<sup>1</sup>, afirma que “[...] é um fato que a ‘questão social’ não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que neste texto o professor José Paulo Netto utiliza o termo “Questão Social” entre aspas por entender que a referida expressão é uma tergiversação conservadora, colada à sociedade burguesa.

torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentidos diversos” (NETTO, 2001, p. 41).

Alguns autores chegam a questionar a própria utilização e potencial deste termo para conceituar/explicar os problemas sociais em contexto mais recente.

[...] o meu ceticismo em relação ao conceito, vai um pouco além do daqueles que questionam apenas a pertinência do adjetivo. Eu questiono também a justeza do termo “questão” para designar problemas e necessidades atuais, que, apesar de dramáticos e globais, e de produzirem efeitos nefastos sobre a humanidade, se impõem sem problematizações e peso e, portanto, sem enfrentamento à altura por parte de forças sociais estratégicas (PEREIRA, 2001, p. 51).

Segundo Netto (2001), vinculado à tradição marxista, o aparecimento da questão social é datada no século XIX, e seu surgimento advém do fenômeno denominado como pauperismo que surge no final do século XVIII. A pobreza já estava presente em outros momentos da história, porém nada se assemelhava com o pauperismo, naquele contexto a pobreza e a miséria crescia na mesma proporção que a riqueza, esse acontecimento desencadeou uma onda de desigualdades, uma vez que a produção crescia, resultando o aumento de bens, porém a pobreza e as condições de subsistência também cresciam drasticamente juntamente com os meios de produção capitalista.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2021, p. 42, 43).

Ainda sobre a visão de (Netto, 2001. p. 43), “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social”. Desta forma, a questão social se torna fruto do sistema capitalista,

Período este em que se consolida o modo de produção capitalista, marcado pelo conflito entre capital e trabalho e pelo surgimento das duas classes principais, antagônicas e contraditórias: a burguesia e o proletariado, nas quais, se encontram de um lado os possuidores dos meios de produção e subsistência e do outro, os que têm apenas sua força de trabalho para vender em troca do salário. Nessa contradição, geradora da desigualdade social, encontra-se num pólo a concentração da propriedade privada e da riqueza nas mãos de poucos e no outro pólo a concentração da miséria nas mãos da maioria que produz a riqueza. (ZEFERINO, 2009, p.2)

Concordando com os autores acima citados, Pereira (2001) afirma que não existe uma questão social antes da Revolução Industrial, pois são as mudanças das relações sociais de produção decorrentes deste episódio histórico que solidificam duas classes diametralmente

opostas: a *burguesia* e o *proletariado*. Iamamoto (2001) (re)afirma a importância do elemento histórico na análise da “questão social” e a coloca como consequência do processo de lutas sociais da classe operária.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe do bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (p.17).

A questão social, portanto, se dá a partir da tomada de consciência do proletário. Esse fenômeno põe em risco o sistema vigente burguês, quando o proletariado passa a não aceitar mais sua condição. Segundo Zeferino (2009, p. 2), “sua reação em face das precárias condições de vida e trabalho, organizando-se em movimentos de resistência e luta, pondo em evidência as mazelas da exploração capitalista”.

Entretanto, como afirmamos anteriormente, não há consenso acerca da origem da “questão social”. Diferentemente dos autores ora citados, Castel (2009) afirma que:

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações e interdependência (p. 30).

Castel (2009) reconhece que a determinação conceitual da “questão social” está vinculada às condições de existência da Revolução Industrial, sobretudo o pauperismo. No entanto, problematiza o que denomina de “invenção do social<sup>2</sup>”, pontuando a existência de problemas sociais e intervenções públicas junto à população (repressão da vagabundagem; obrigação do trabalho; controle da circulação da mão de obra) em sociedades anteriores à organização europeia pós-industrial.

Além das discussões sobre o momento histórico de surgimento da “questão social”, Castel (2009) ainda promove um debate controverso sobre a ideia de uma “nova questão social”, defendendo a existência de uma nova configuração da “questão social”, como consequência das recentes transformações nas condições de trabalho.

## **Expressões atuais da “Questão Social”**

---

<sup>2</sup> Conceito retirado, por Castel, de J. Donzelot, em *L'invention du social*, Paris, Fayard, 1984.



Para defender/justificar sua proposta de uma “nova questão social”, Castel (2009) lista alguns fatores que conformariam uma condição de precarização do trabalho: *a)* a acentuada flexibilização do trabalho; *b)* a degradação da condição salarial; *c)* a ausência de uma relação direta entre aumento da qualificação e empregabilidade; *d)* a desestabilização dos estáveis; *e)* a instalação na precariedade; *e.f)* a manifestação de um déficit de lugares.

Pereira, Netto e Yamamoto (2001), nos estudos já citados neste texto, não concordam com a ideia de uma “nova questão social”, pois entendem que se encontra na base desses problemas contemporâneos o secular confronto entre as forças produtivas e as relações de produção.

O desenvolvimento capitalista, produz compulsoriamente, a “questão social” diferentes estágios capitalista produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: suas experiências e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A questão social continuada do desenvolvimento capitalista (NETTO, 2001, p. 45).

De acordo com Netto (2001), mais recentemente, assistimos à emergência de novas expressões da “questão social”, que são insuperáveis sem a supressão da ordem capitalista.

A dinâmica específica dessa ordem [capitalista] não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (p.48).

Complementarmente, Netto (2001, p. 49), nos alerta que: “[...] a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”. É possível observar que as novas expressões da “questão social” se manifestam de formas diferentes de acordo com que o sistema capitalista se reformula.

Sabemos que o capitalismo exclui grande parte das pessoas e que suas consequências vão além do imaginável. Yasbek (2001) fala que esse modo de produção cria “Pobreza, exclusão e subalternidade”, gerando a divisão de classes e de outras situações de desigualdades, ela cita a questão de gênero e raça/etnia e ainda reitera que o capitalismo não atua somente no que diz respeito às desigualdades econômicas e políticas, mas também aos “valores culturais das classes”.

De acordo com Iamamoto (2008, p. 156), a questão social “condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais”, incorporando relações de gênero, características étnico-raciais, modalidades espaciais e disputas ambientais.

Na atualidade podemos enxergar como a questão de gênero se manifesta dentro das questões sociais, no qual as mulheres historicamente viveram/vivem uma trajetória de desigualdade refletida no machismo. De acordo com Angela; Ferreira; Silva (2018, p.60) “a condição subalternizada da mulher advém de um processo sócio-histórico que se dá por meio da cultura patriarcal e de valores conservadores disseminados socialmente”. Na sociedade moderna essa expressão se reformula e ganha novas caras, a mulher passa a ser inserida no mercado de trabalho, porém com cargos e salários inferiores aos homens, mas mesmo exercendo o trabalho remunerado, os afazeres domésticos e cuidados com os filhos continuam sendo uma “obrigação” da mulher.

Pensar as relações sociais de gênero na organização do trabalho implica considerar a produção social da existência humana como resultante da intervenção dos dois gêneros na natureza, ou seja, o masculino e o feminino. Para tanto, cabe destacar que tal constatação ocorre de forma desigual nessa produção social, seja no que se refere à distribuição dos grupos na divisão social e sexual do trabalho, seja nas responsabilidades atribuídas aos homens e mulheres, tendo em vista as marcas de uma sociedade sexista, classista e racista (GUIRALDELLI, 2011, p. 248).

Wood (2003), ao estudar o culto da sociedade civil como uma nova forma social particular e o advento do novo pluralismo, destaca alguns limites acerca da política de identidade.

O sistema capitalista, sua unidade totalizadora, foi conceitualmente suprimido pelas concepções difusas de sociedade civil e pela submersão de classe em categorias abrangentes como “identidade” que desagregam o mundo social em realidades particulares e separadas. As relações sociais do capitalismo se dissolveram numa pluralidade fragmentada e desestruturada de identidades e diferenças (WOOD, 2003, p. 222).

Wood (2003) aponta que, paradoxalmente, a negação da perspectiva de totalidade do capitalismo acaba por se refletir naquilo que ela mesmo nega. Isso porque a afirmação da diversidade e fragmentação “pós-moderna” ofusca e, conseqüentemente, contribui para a consolidação de uma homogeneidade maior e mais global relativa ao triunfo da “sociedade de consumo”. Vejamos agora de que forma essas expressões mais recentes da “questão social” influenciam o acesso ao lazer, tomando como referência os estudos do lazer que se debruçam sobre a análise das relações de gênero.

## **Relações de Gênero nos Estudos do Lazer: primeiras aproximações**

Durante os últimos anos existiu uma crescente discussão em torno do lazer, sabe-se que lazer é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte. **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Entretanto, segundo Athayde (2013), o direito ao lazer não é algo prioritário das pautas governamentais, ficando em segundo plano no rol dos direitos sociais, desta forma se torna inviável o acesso ao lazer por parte da população. Lacerda e Lara (2019, p. 454), em pesquisa que analisa a produção de artigos no campo da política pública em lazer no Brasil, identificam que o lazer não se constitui “em pauta reivindicatória e nem prioridade na percepção da população de forma geral, o lazer insere-se num cenário de baixa prioridade política”. A partir desta constatação, o estudo ainda aponta que um conjunto de autores (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012; SILVA, BORGES; AMARAL (2015); TAVARES e ISAYAMA, 2014; ATHAYDE, 2013; MENDES e AZEVEDO, 2010), por argumentações e referenciais teóricos distintos, vão abordar a desresponsabilização do Estado para com o lazer.

Da mesma forma como a “questão social” abordada nos tópicos anteriores, localizamos o surgimento datado do lazer - de forma estruturada - no período industrial. Segundo Bramante (1998, p. 10), o lazer é um “fenômeno típico decorrente, sobretudo da revolução industrial e, agravado pelo crescente processo de urbanização das cidades”. Neste contexto não podemos deixar de ressaltar que o lazer está intimamente ligado à luta dos operários por melhores condições, sendo a redução da jornada de trabalho uma das pautas mais importante da luta trabalhista.

Já a visão classificada por Mascarenhas (2005) como “realista-objetivista”, inspirada pela “sociologia empírica do lazer”, compreende que o lazer está relacionado com o tempo livre de obrigações, tais obrigações não são reduzidas somente ao trabalho remunerado, mas também aos afazeres domésticos, que na maioria das vezes recaem sobre as mulheres. Na questão tempo, Mascarenhas (2005) expõe dois conjuntos de interpretações. Na concepção “idealista-subjetivista” o tempo livre não possui o significado de um tempo liberado do

trabalho, mas do tempo que o indivíduo dispõe para si mesmo, o que apaga a oposição entre tempo livre e de trabalho. Já a “realista-objetivista” volta-se para a observação controlada dos usos do tempo livre.

Mascarenhas (2005) reconhece a contribuição para os estudos do lazer da obra de Nelson Carvalho Marcellino a partir de suas críticas às abordagens funcionalistas do lazer. Entretanto, pondera que sua problematização já apresenta limitações frente a um processo de “refuncionalização do lazer dada por sua subsunção à forma mercadoria” (p. 14). Finalmente, o autor apresenta sua proposta de conceituação do lazer (que adotamos como referência para nossa abordagem do tema) reconhecendo este fenômeno sociocultural como um tempo e espaço para: a) de organização da cultura; b) de exercício da cidadania e da participação social; c) de resistência e organização política; e d) de sociabilidade e de construção de uma consciência individual e coletiva representativa de uma nova relação entre corpo, conhecimento e sensibilidade, expressão de um projeto de educação multilateral (MASCARENHAS, 2005).

Entretanto, ao adotarmos essa referência de lazer, surgem questionamentos: *na sociedade em que estamos inseridos será possível vivenciar o lazer com esse rico tempo e espaço descrito acima? Será que a mulher moderna usufrui desse tempo livre?* Trata-se de um questionamento ainda mais instigante quando consideramos que o chamado tempo livre está cada vez mais escasso, resultado de condições de trabalho precarizadas, onde a uberização<sup>3</sup> do trabalho e dos trabalhos informais, sem nenhuma forma de proteção previdenciária, cresce em números alarmantes. Além disso, é importante considerar os impactos do processo de mercantilização do lazer, destacados por Mascarenhas (2005), sobretudo pela chamada indústria do entretenimento.

Segundo Batina e Pinto (2019), os avanços tecnológicos resultaram no aumento do consumo, e tal comportamento refletiu diretamente no lazer. As autoras ressaltam que na sociedade moderna dificilmente é possível dissociar o lazer do mercado, uma vez que o mesmo se transformou em um produto/serviço ofertado pelo comércio, a maioria das atividades de lazer estão relacionadas a passeios no shopping, bares, viagens e etc.

Dadas as características da sociedade capitalista contemporânea, na qual instrumentalizou-se o tempo e a atividade recreativa tende a transformar-se em mera mercadoria, a dimensão do não trabalho pode assumir uma nuance extraordinária para a vivência da essência humana, através da conquista de um tempo da não utilidade frente às pressões crescentes de se dar sempre uma certa finalidade ao uso

---

<sup>3</sup> Sobre o tema da uberização, ver Fontes (2017).

do tempo. O tempo, conceito objetivamente inelástico vem se tornando uma “mercadoria de luxo”, em que a máxima, “tempo é dinheiro”, chega a refletir o seu verdadeiro significado, dado por segmentos significativos da nossa sociedade. Portanto, conquistar um tempo de não obrigação vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena (BRAMANTE, 1998, p. 11).

A atribuição da forma mercadoria ao lazer, por meio de um processo de mercantilização que apanha as mais diferentes dimensões da vida social e seus respectivos fenômenos, relacionam-se ao antagonismo fundado na questão social, bem como em suas expressões mais recentes. Nesse sentido, buscamos a partir de agora abordar/problematizar este lazer, subjugado na sua dimensão do direito e exacerbado na forma de mercadoria, na questão de gênero embutida tratada no âmbito dos estudos do lazer, para assim entender o que a literatura traz a respeito do tempo de lazer da mulher na sociedade moderna.

A pesquisa realizada por Tejera, Sousa e Sampaio (2013) buscou identificar a diferenciação do tempo destinado ao lazer entre homens e mulheres trabalhadores de quatro cooperativas, destacando a questão de gênero atribuídas nas atividades realizadas no tempo livre. Foi possível perceber que a divisão do trabalho doméstico e os cuidados com os filhos ainda recai sobre as mulheres, e que essas não possuem o mesmo tempo disponível para o lazer quando comparado aos homens. Ainda assim, quando esse tempo livre se torna possível, a maioria das mulheres realizam atividades ligadas aos filhos, se diferenciando das atividades dos homens, que na maior parte, são práticas destinadas ao próprio lazer, como sair para dançar, jogar futebol com os amigos etc.

Similar ao estudo mencionado acima, temos a pesquisa realizada por Batinga e Pinto (2019), as autoras analisaram a relação entre lazer, cultura e consumo por mulheres de baixa renda. Novamente foi possível identificar que as mulheres destinam seu tempo livre com atividades que contemplem seus filhos. Ademais, quando realizam atividades de lazer fora do contexto familiar, se sentem culpadas. De acordo com (PERISTA, 2002, p.471):

Ora, raramente sendo fácil para as mulheres corresponder plenamente a tais desempenhos (idealizados), respostas como esta parecem denunciar a existência de sentimentos de culpabilização por parte de (pelo menos) algumas mulheres, «divididas» entre as exigências do trabalho remunerado e as responsabilidades familiares, incapazes de, nem sequer ao nível da expressão do desejado, se «atreverem» a reivindicar um tempo para si próprias.

Ainda sobre o estudo de Batinga e Pinto (2019), os autores chamam à atenção para o crescente número de lares chefiados por mulheres de baixa renda, no qual a maior parte se

constitui por famílias monoparentais. Ao mesmo tempo, ressaltam que essas mulheres não possuem a opção de não trabalhar, pois os recursos financeiros advindos das mesmas são essenciais para o sustento da casa. Ficou evidente que as mulheres inseridas nesse meio, passam a ser a base estrutural da família, uma vez que as obrigações se tornam responsabilidades integralmente delas, como o cuidado e educação dos filhos e o afazeres domésticos, entre outras.

Com a crescente mercantilização em torno do lazer, muitas atividades são transformadas em produtos e comercializadas para aqueles que podem pagar, que em um país repleto de iniquidades como o Brasil acaba não sendo uma condição acessível a um grande contingente da população. Batinga e Pinto (2019) destacam que o lazer pago fica apenas no imaginário de muitas mulheres, e que a indústria do lazer é um “atrativo” que não alcança todos. A maioria das participantes da pesquisa não dispõe de recursos financeiros para realizar atividades de lazer pagas, porém não desistem de vivenciar o lazer, as mulheres utilizam-se do lúdico no seu tempo livre, realizando atividades que lhes façam felizes de acordo com a suas disponibilidades. Desta forma podemos levantar uma crítica a esse tipo de lazer, uma vez que o mesmo adentra na perspectiva idealista-subjetivista, abordada anteriormente. O lazer dessas mulheres passa a ser uma vivência pobre ou empobrecida, pautada na esfera do desejo. O que não se confunde com um lazer reificado e fetichista, mas sim, com o próprio alcance a um tempo de lazer que preencha de sentidos e significados a dimensão de necessidade humana. De forma que o lazer se conjugue entre o desejo e a vontade, com o tempo disponível e a possibilidade de acesso ao mesmo. Ainda reiteramos a importância de políticas públicas que tornem possível o acesso ao lazer para todos de forma mais equânime.

O estudo apresentado por Silvestre, Ferreira e Amaral (2016) realizou uma análise comparativa de gênero, entre o tempo não trabalhado e as atividades de lazer de vigilantes terceirizados atuantes na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Cabe salientar que a terceirização faz parte de um processo de precarização e flexibilização dos direitos trabalhistas. De acordo com SILVESTRE, FERREIRA e AMARAL (2016, p. 111), “A terceirização ganhou centralidade em todas as esferas do mundo do trabalho, se definindo como uma estratégia por parte do capital para a redução de custos e o conseqüente aumento da lucratividade”. Reiteramos que a mulher tende a ocupar o trabalho mais precário da sociedade e que os empregos terceirizados são exemplos disso.

A referida pesquisa foi dividida em três tópicos principais, sendo eles, o tempo de trabalho formal, o tempo de trabalho não remunerado e o tempo destinado ao lazer. Os dados mostraram que os homens acumulam mais tempo de trabalho remunerado, em contrapartida, as mulheres ultrapassam e somam mais tempo quando o quantitativo de horas do trabalho não pago é acrescido. As vigilantes dessa pesquisa dedicam-se, em média, 15,8 horas por semana aos afazeres domésticos, já os homens atribuem em média 2,6 horas semanais ao mesmo trabalho. A realidade não é diferente com as horas semanais destinadas aos cuidados com os filhos, as mulheres acumulam em média 15,8 horas e os homens concentram cerca de 1,5 hora para essa atividade (SILVESTRE, FERREIRA e AMARAL, 2016).

Quando questionados sobre o tempo de lazer, a maioria das participantes afirmaram não ter tempo para fazer o que gosta, e a resposta de todas se concentrou em assistir televisão no tempo livre, diferentemente dos homens que realizam atividades variadas. Os dados presentes confirmam o estudo de Goellner (2009), citado por Silvestre, Ferreira e Amaral (2016), que identificou como as principais atividades de lazer da mulher estão relacionadas com o ambiente doméstico, como assistir TV, descansar e ficar com a família.

As mulheres encontram barreiras sociais para a vivência do lazer. De acordo com o autor, há privilégios de gênero na apropriação do lazer na sociedade atual. Vivemos, ainda, em uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres que exercem trabalho remunerado ainda acumulam grande parte dos serviços domésticos e cuidados com os filhos, o que faz diminuir o seu tempo de lazer. Ademais, afirma que “a rotina das tarefas domésticas, a preocupação com os filhos menores, a longa exposição aos veículos de comunicação de massas podem comprometer as atitudes dessas mulheres em relação ao lazer” (MARCELLINO, 1995, apud SILVESTRE, FERREIRA e AMARAL, 2016, p. 117).

De acordo com o estudo de Bonalume e Isayama (2018), a proposta de Dumazedier (1973), na divisão do dia em “três oito horas”, no qual seriam oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer, não abarca outras obrigações, como os afazeres domésticos e a prestação de cuidados com os filhos, incluídas principalmente no cotidiano da mulher. Os autores trouxeram dados que comprovam que a divisão do trabalho doméstico ocorre de forma desigual entre homens e mulheres.

Na faixa etária de 25 a 34 anos os homens respondentes apontam 98,90 % de suas obrigações, configurando-se como trabalho, seguidos 28% de família e filhos e 27,60% de afazeres domésticos. Já as mulheres nessa mesma faixa etária responderam 94,30% para trabalho, percentual seguido de 70,70% para afazeres domésticos e 52,30% de família e filhos (SILVA, 2017, apud BONALUME e ISAYAMA, 2018, p. 3).

Essa diferenciação das obrigações, reflete diretamente no tempo disponível das mulheres, como nas atividades que elas realizam. Um ponto que nos chamou bastante atenção foi o tempo destinado para atividades físicas no momento de lazer, a grande maioria das mulheres não a realizam e relatam não ter tempo para essa prática. No entanto, podemos perceber que desde crianças as mulheres são socializadas a estar dentro do lar, realizando tarefas domésticas. Os brinquedos, como bonecas, panelinhas, vassouras, destinados às meninas simbolizam essa pré-condição e pré-conceito, ao passo que para os meninos são destinados carros, jogos, corridas, bolas etc. Desta forma podemos identificar que a falta de interesse da mulher por se envolver em práticas de esportes e/ou atividade física não é algo natural e tampouco aleatório, mas sim uma construção histórica, cultural e social.

De acordo com a pesquisa Bonalume e Isayama (2018), as mulheres classificam o lazer como atividades relacionadas primeiramente ao divertimento, seguida pelo descanso. Além disso, apontam que as principais barreiras encontradas para a não vivência do lazer, são a falta de tempo e de recursos financeiros. Corroborando com esse estudo, temos a pesquisa realizada por Mayor et al. (2020) que analisaram como as barreiras “tempo” e “dinheiro/recurso financeiro” se manifestam no contexto do lazer entre mulheres negras, brancas e pardas de diferentes classes sociais das regiões sudeste e nordeste do Brasil.

As pesquisadoras pontuam algumas das problemáticas referentes à falta de tempo das mulheres participantes da pesquisa. Foi percebido que além da dupla jornada de trabalho, as mulheres gastam muitas horas com o deslocamento da casa/trabalho/casa. Cabe salientar que, segundo Pereira e Schwanem (2013, apud MAYOR et al., 2020, p. 14), os estados Rio de Janeiro e São Paulo, estão em segundo e terceiro lugar das cidades com maior tempo de deslocamento do mundo. As autoras ainda ressaltam que o tempo de descanso depende do tipo de trabalho realizado por cada mulher, haja vista que algumas profissões exigem mais esforços e, conseqüentemente, mais descanso. Outro aspecto importante é a questão do sobretabalho ou dos chamados “bicos”, sendo esse um fator que contribui para aumento das horas de obrigações. Em relação a barreira dinheiro/recurso financeiro, as autoras salientam o desemprego como a principal dificuldade para a realização do que se deseja no tempo de lazer, ainda reiteram que o Nordeste é a região com maiores índices de desemprego do país.

Dando continuidade na linha de pesquisa realizada por Mayor et al. (2020), percebe-se que as mulheres nordestinas da classe C, indagam que a principal barreira para a vivência do lazer é a falta de “dinheiro/recurso financeiro”. Já no Sudeste o maior índice está concentrado



nas mulheres da classe C, que apontam a barreira “tempo” como o principal obstáculo para o lazer.

Em relação às barreiras “dinheiro/recursos financeiros” relacionados à raça, percebe-se que este é um indicador apontado com maior incidência nas mulheres pretas e pardas de ambas as regiões, quando comparadas com as mulheres brancas. Enquanto a barreira “tempo” tem maior frequência na região Sudeste e não tem uma diferenciação discrepante em relação à questão racial.

Em relação à barreira “dinheiro/recursos financeiros”, ambas as regiões apresentam dados importantes que demonstram diferenças entre mulheres brancas e pretas. No Nordeste, 19,7% de mulheres pretas sinalizaram essa barreira, o que contrasta com o valor de 7,9% de mulheres brancas. No Sudeste, 17,9% de mulheres pretas sinalizaram o fator “dinheiro/recursos financeiros”, enquanto 11,9% das mulheres brancas demarcaram essa barreira (MAYOR et al., 2020, p. 16)

De acordo com os Dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), destacado por Mayor et al. (2020), as mulheres pretas têm menores níveis de escolaridade, possuem menor acesso aos bens e serviços, como também a baixa inserção no mercado de trabalho. Essas mulheres acabam exercendo o trabalho informal, ou encontram-se desempregadas. No que se refere “às mulheres pretas ou pardas de todas as regiões do país, o nível de desocupação é maior do que o das mulheres brancas e dos homens pretos ou pardos” (BRASIL, 2019, apud MAYOR et al., 2020 p. 16). Tais dados exemplificam quais são as reais condições das mulheres pretas no Brasil e como o acesso ao lazer se torna algo ainda mais estrito para a maioria.

Podemos afirmar, com base na discussão desenvolvida ao longo deste trabalho, que ser mulher em uma sociedade ordenada pelos princípios capitalistas e patriarcais, não é uma tarefa fácil, representando, ao contrário, uma luta cotidiana em busca dos rompimentos das desigualdades de classe e de gênero.

### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou compreender como a articulação das questões de gênero e classe impactam na vivência do lazer por parte das mulheres. Para isso, revisitamos alguns dos principais referenciais teóricos que tratam da “questão social” (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001; PEREIRA, 2001; CASTEL, 2009). Diante da discussão travada a respeito das novas expressões das “questões sociais”, observamos que existem grandes limitações ao acesso do

lazer por parte das mulheres, essa condição decorre de resquícios socioculturais de desigualdades que perpassam historicamente o cotidiano delas.

Acerca dos estudos que tratam o tempo disponível relacionados com as vivências do lazer das mulheres, aqui citados, percebemos que elas possuem menos tempo para a prática do lazer, quando comparados aos homens. Esses números são ainda mais elevados e discrepantes quando outros marcadores sociais são acrescidos na discussão, como, por exemplo, distinção de classe e as relações étnicos/raciais.

Outro elemento de diferenciação entre os gêneros pode ser percebido nas atividades realizadas no tempo de lazer. Os homens se dedicam a práticas que estão ligadas ao seu próprio lazer, em contrapartida, as mulheres propendem a se envolver em atividades voltadas ao lazer dos filhos.

Diante dessas conclusões iniciais, reiteramos a importância da efetivação de políticas públicas que viabilizem o direito ao lazer para todos de uma forma universal, mas sem perder de vista a necessidade de ações que deem conta da particularidade que envolve a condição social das mulheres. A título de exemplo, estudos apontam que as mulheres são mais prejudicadas com as transformações e precarização do mundo do trabalho, além de estarem inseridas em contextos de duplas jornadas de trabalho, com a efetivação do trabalho não pago. Essa é apenas uma das particularidades a ser considerada no momento da estruturação e implementação de um programa ou projeto voltado à garantia do acesso ao lazer para as mulheres.

Como destacamos desde o início deste texto, este artigo é um exercício de aproximação inicial com o tema e, portanto, guarda as limitações inerentes ao início de qualquer processo de apropriação de conhecimento. Sendo assim, desde já, reconhecemos a necessidade de ampliação e aprofundamento da investigação acerca das características do lazer (incluindo o campo de estudos desta temática), perpassado pelas expressões da “questão social”, em especial as relações de gênero. Nesse sentido, finalizamos este texto enfatizando a importância de realização de estudos futuro que analisem, por exemplo, quais são os marcadores sociais determinantes no acesso do direito ao lazer no Brasil ou que se debruçam a compreender de forma dialética como o tempo e o espaço do lazer pode reproduzir ou resistir às múltiplas desigualdades vigentes na forma tardia do capitalismo.

## **Referências Bibliográficas**

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir) realidade brasileira. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 2, 2013.

BARBOSA, Carla, Toni Liechty, and Raquel Pedercini. "Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais." **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer** 16.2 (2013).

BATINGA, Georgiana Luna; PINTO, Marcelo Rezende. "“Lazer?! Para Mim?!...”: Consumo De Lazer Por Mulheres De Baixa Renda." **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n.3, p. 78-97, 2019.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer, concepções e significados. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, 1998.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As mulheres na pesquisa O lazer do brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 5, n. 1, p. 3-24, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): 1988.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.8, 2017.

FRASER, N. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade**, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 2, p. 244 - 254, ago./dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis** 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, janeiro a junho de 2001.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo. Cortez, 2008.

LACERDA, P. J. C.; LARA, L. M. (2019). O Estado do Conhecimento em Políticas Públicas de Lazer como Direito e Reconhecimento Social no Brasil. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 22(3), 425–466. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15318>

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. "Algumas aproximações entre lazer e sociedade." **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana** 1.2 (2007): 1-20.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer.** 2005. 308 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274935>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto et al. Barreiras de Acesso ao Lazer das Mulheres Segundo Raça/Cor e Classe Social nas Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 2, p. 1-22, 2020.

MENDES, A. D; AZEVEDO, P. H. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Revista Brasileira de Ciências Esporte**, v. 32, n. 1, p. 127-142, 2010.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis** 3. Ano II. Rio de Janeiro. ABEPSS. Janeiro a junho de 2001.

NETTO, José Paulo Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, v. 4, n.1. Vitória (ES), 2012

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis** 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, janeiro a junho de 2001.

PERISTA, Heloísa. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise social**, v. 37, n. 163, p. 447-474, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

SILVESTRE, Bruno Modesto; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. O tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores da vigilância da Unicamp: uma análise comparativa entre os gêneros. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n.4, p.110-120, 2016.

SIQUEIRA, Andressa Ângela; FERREIRA, Isabela Tainá Dias; SILVA, Jaíne Rafaela. Os reflexos das desigualdades de gênero nas políticas sociais: uma análise a partir da questão social. **Revista Serviço Social em Perspectiva** 2. Esp., p. 59-71, 2018.

STAREPRAVO, F; SOUZA, J; MARCHI JUNIOR, W. A teoria dos jogos competitivos de Norbert Elias como alternativa à leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 4, p. 657-65, 2012.

TAVARES, M. L; ISAYAMA, H. F. Na parada do lazer: delineando as ações de lazer em ONGs LGBT de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 579-597, 2014.

TEJERA, Daniel Bidia Olmedo; DE SOUSA, Ioranny Raquel Castro; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. As relações de gênero na opção de lazer de pessoas atuantes em cooperativas de trabalho. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n. 3 (jan./jun..2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 33-40.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. A Pauperização Da Classe Trabalhadora Rural: formas de organização e resistência dos trabalhadores sem terra. In: **IV Jornada de Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3\\_desigualdade-pobreza/a-pauperizacao-da-classe-trabalhadora-rural-formas-de-organizacao-e-resistencia-dos-trabalhados.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-pauperizacao-da-classe-trabalhadora-rural-formas-de-organizacao-e-resistencia-dos-trabalhados.pdf)